

INTUIÇÃO RACIONAL E O FUNDAMENTO OBJETIVO DA ÉTICA NA FILOSOFIA MORAL DE PETER SINGER

RATIONAL INTUITION AND THE FOUNDATION OF ETHICS IN PETER SINGER'S MORAL PHILOSOPHY*

ANSELMO CARVALHO DE OLIVEIRA**

Resumo: O presente texto discute a tentativa de Peter Singer, no artigo “The Objectivity of Ethics and the Unity of Practical Reason”, de encontrar um princípio normativo objetivo. Singer considera o Axioma da Benevolência Universal capaz de passar pelos três critérios de credibilidade exigidos para que intuições racionais possam ser aceitas como verdades morais. E chega a conclusão de que: 1) é possível ter “convicção” em sua evidência; 2) versões do Axioma foram propostas por pensadores independentes de diferentes épocas e tradições; 3) o Axioma não pode ser explicado como o resultado de um processo evolutivo ou qualquer outro processo que não seja a busca da verdade. Assim, para Singer, o Axioma é um princípio normativo objetivo.

Palavras-chave: Intuição racional; axioma da benevolência universal; ceticismo moral; Peter Singer.

Abstract: This paper discusses the exertion of Peter Singer in the article “The Objectivity of Ethics and the Unity of Practical Reason” to find a normative objective principle. Singer considers the Axiom of Universal Benevolence able to go through three credibility criteria required for rational intuitions that must be accepted as moral truths. And comes to the conclusion that: 1) it is possible to "believe" in his evidence; 2) versions of Axiom were proposed by independent thinkers from different eras and traditions; 3) the Axiom must not be explained as the result of an evolutionary process or any other process than the search for truth. So for Singer the Axiom is a normative objective principle.

Keywords: Rational intuition; axiom of universal benevolence; moral skepticism; Peter Singer.

* Artigo recebido em 29/03/15 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 15/07/2015.

** Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como bolsista CAPES. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8439304597935443>. E-mail: anselmocarvalhooliveira@yahoo.com.br.

O ceticismo moral, a posição segundo a qual juízos morais não podem ser justificados racionalmente, frequentemente assume uma destas três vias: (a) a tese de que não há nada na natureza do mundo que torne um princípio ou ação moral como verdade de fato. (b) A tese de que todos os juízos morais são apenas respostas intuitivas, que são o resultado do processo de seleção natural ou de condicionamentos sociais. As justificativas morais seriam apenas tentativas de racionalização de respostas intuitivas. (c) A tese de que os juízos morais são a expressão de interesses e atitudes dos indivíduos.

Singer (2006a, p. 333, 400) defende uma posição que nega o modelo de objetividade tradicional em ética, porque não existiriam propriedades morais independentes dos interesses e atitudes dos agentes. Argumenta que o interesse próprio é apenas um entre vários outros interesses, e por essa razão, se quisermos ter nossa reivindicação em relação a esses interesses aceita, não podemos considerá-los como sendo mais importantes do que os interesses semelhantes dos outros. Assim, para resolver um desacordo moral comparam-se interesses contrários segundo a sua força.

Mas se não existe pelo menos uma verdade moral objetiva, essa posição não parece ser justificada como uma reivindicação capaz de fundamentar a ética, porque a afirmação “deveríamos maximizar a satisfação das preferências de cada um dos afetados na medida do possível” tem que ser tratada apenas como uma preferência entre outras. Desse modo, as conclusões morais que poderíamos alcançar são subjetivas com base em interesses próprios ou preferências e, por essa razão, aqueles que possuem interesses e preferências diferentes não teriam qualquer razão para aceitá-las.

Singer, nos últimos anos, tem assumido uma posição diferente em relação à questão da objetividade na ética.

Eu já não acredito que este argumento tem êxito. O julgamento que os "próprios interesses é um entre muitos conjuntos de interesses" pode ser aceito como uma afirmação descritiva sobre a nossa situação no mundo, mas adicionar que os nossos interesses próprios “não são mais importantes do que os interesses semelhantes de outros” é fazer uma reivindicação normativa. Se eu negar que as reivindicações normativas podem ser verdadeiras ou falsas, então não posso afirmar que esta afirmação é verdadeira. Ela também poderia ser tratada como apenas uma preferência entre outras, com exceção de que agora não há base para dizer que temos de maximizar a satisfação de preferências. Além disso, mesmo se os outros aceitam que os seus interesses não são mais importantes do que os interesses dos outros, isso não é suficiente para justificar a conclusão de que devemos satisfazer as preferências de todos na medida do possível. [...] *A negação da verdade objetiva em ética, portanto,*

não leva, como eu já havia tentado argumentar, ao utilitarismo de preferências como uma espécie de posição padrão metafisicamente sem problemas, mas ao ceticismo sobre a possibilidade de chegar a quaisquer conclusões significativas sobre o que devemos fazer. As únicas conclusões que poderíamos chegar seriam subjetivas, com base em nossos próprios desejos ou preferências, portanto, não àquelas que outros com diferentes desejos ou preferências teriam qualquer razão para aceitar. Eu estava relutante em abraçar essas opiniões céticas ou subjetivistas em 1981 e a relutância não diminuiu ao longo dos anos seguintes. (SINGER, 2011, p. 199-200. itálico nosso.).

Essa reavaliação leva Singer a aceitar que existe pelo menos uma reivindicação normativa que é objetivamente verdadeira e que ela pode ser conhecida por uma *intuição racional*.

Intuição é um processo não intencional, não controlável e não consciente que leva a um julgamento moral. As intuições ocorrem de forma rápida e automática e não demandam nenhum esforço de reflexão ou inferência por parte de uma pessoa. O julgamento moral baseado nas intuições é acessível conscientemente, mas o processo pelo qual se chegou a um julgamento particular ou, pelo menos, alguns passos principais desse processo não são acessíveis. O raciocínio moral, por outro lado, é uma atividade mental consciente, isto é, intencional, esforçado, controlável e com conhecimento sobre o que está acontecendo.

A intuição e o raciocínio são dois tipos de cognição que se opõem na medida em que a intuição é um processo imediato no qual o resultado é consciente, mas o processo não; e o raciocínio é um processo mais lento e esforçado e pelo menos os seus passos mais significativos são conscientes (HAIDT, 2001, p. 817-818).

Singer (2005, 2011), baseando-se nas pesquisas de Jonathan Haidt, argumenta que as evidências levantadas pelas recentes pesquisas em psicologia moral, apesar de serem ainda muito incipientes, mostram que os julgamentos morais são uma resposta rápida, quase automática, baseada em intuições. A reflexão é posterior à resposta intuitiva e a tendência é que seja a sua racionalização. A posição cética é reafirmada com os dados dessas investigações empíricas.

Jonathan Haidt e seus colaboradores (2001, p. 814ss) propuseram uma história sobre um casal de irmãos que mantiveram relações sexuais com pleno consentimento e de forma segura tanto para evitar a contaminação por doenças como para evitar a reprodução. Os dois jovens decidiram não voltar a manter relações sexuais, embora as relações afetivas entre eles ficaram mais intensas.

Haidt pergunta se foi certo os dois terem feito amor. A maioria das pessoas respondeu rapidamente que foi errado. Quando eram solicitados a justificarem a sua resposta mencionavam os perigos da consanguinidade, mas então eram alertados sobre o uso de formas de controle de

natalidade. Sugeriam também que eles poderiam se machucar sentimentalmente, embora tenha sido deixado claro que as relações afetivas entre eles se aprofundaram. As pessoas tentam oferecer razões para justificar as suas posições, mas ao mostra-lhes que as suas razões não são suficientes, elas tendem a não abandonar o julgamento inicial mesmo que não tenham nenhuma razão consistente para justificá-lo. Segundo Singer (2005, p. 338),

[...] muitas pessoas dizem algo como: ‘eu não sei, não posso explicar; eu só sei que é errado.’. Evidentemente é a resposta intuitiva que é responsável pelo julgamento a que essas pessoas chegaram, não há razões que possam oferecer, pois ficam com o seu julgamento imediato, intuitivo, mesmo depois de terem retirado as razões oferecidas inicialmente para esse julgamento e são incapazes de encontrar outras melhores.

Se esses resultados forem reforçados por novas pesquisas mostrar-se-ia que os julgamentos morais seriam, na verdade, apenas respostas intuitivas e as razões que possam ser aduzidas seriam apenas racionalizações *post-roc* de decisões tomadas através de mecanismos não racionais. Não haveria, portanto, julgamentos morais racionalmente fundamentados, apenas racionalizações de respostas intuitivas condicionadas pelo modo como evoluímos.

Jonathan Green (2001; 2002), na mesma linha de investigação, propôs-se a analisar imagens de ressonância magnética funcional feitas dos cérebros [*functional magnetic resonance imaging - fMRI*]¹ das pessoas que estavam sendo confrontadas com o “problema do vagão” (*trolley problems*). Os resultados dessa pesquisa, segundo Singer, parecem confirmar os resultados obtidos por Haidt.

No caso padrão do “problema do vagão”, uma pessoa está próxima a uma estrada de ferro e percebe que um vagão de trem está indo em direção a cinco pessoas que estão sobre os trilhos dessa estrada. Todas serão mortas se o vagão continuar em sua trajetória. Porém, o agente pode simplesmente acionar um interruptor que desviará o vagão para uma estrada lateral. Nessa estrada, entretanto, esta outra pessoa que será, inevitavelmente, morta ao se desviar a trajetória inicial do vagão. Quando perguntadas sobre o que fariam nessa situação, a maioria das pessoas respondeu que acionaria o interruptor. Uma característica importante do caso padrão do

¹ Técnica de mapeamento da atividade cerebral não invasiva e que não envolve radiação. Funciona através da detecção das mudanças de oxigenação do sangue e do fluxo de sangue que ocorrem no cérebro em resposta à atividade neural. Quando uma determinada área cerebral está mais ativa ela consome mais oxigênio e para atender a demanda maior de consumo de oxigênio o fluxo de sangue na área aumenta. Um dos usos para técnica em neurociência é a produção de mapas para mostrar quais as partes do cérebro estão envolvidas em um processo mental particular (DEVLIN, 2007).

“problema do vagão”, segundo Singer, é que acionar um mecanismo eletrônico (como um interruptor) seria um modo relativamente impessoal de matar uma pessoa (em comparação, por exemplo, com empurrar alguém na frente do vagão para morrer). Essa pode ser considerada uma violação impessoal sobre outras pessoas.

Na versão da passarela do “problema do vagão”, o vagão de trem ainda está indo em direção às cinco pessoas e elas serão mortas se nada for feito para impedi-lo, contudo, o agente não está mais em condições de acionar o interruptor para alterar a rota do vagão. O agente está em uma passarela sobre os trilhos da estrada por onde o vagão passa. A primeira alternativa que ele considera é se jogar na frente do vagão para desviá-lo e, assim, sacrificar a sua vida para salvar outras cinco. Mas essa alternativa não terá o resultado almejado, porque ele percebe que não é suficientemente grande para alterar a rota do vagão. Ao seu lado, no entanto, está uma pessoa bem grande com uma pesada mochila em suas costas e empurrá-la será, certamente, suficiente para desviar o vagão. Nesse caso, o agente também sacrifica uma pessoa para salvar cinco. Na versão da passarela, ao contrário do que ocorre com a versão padrão, a maioria das pessoas responde que não empurraria o estranho na frente do vagão. Nessa versão, empurrar uma pessoa do alto de uma passarela seria uma violação pessoal (em comparação com acionar um interruptor).

O problema do vagão já foi estudado por vários filósofos. Muitos deles tomaram as diferentes intuições morais das pessoas sobre cada versão do problema e tentaram justificá-las. Mas a questão que interessa a Greene em sua pesquisa e que é central no argumento de Singer não é encontrar uma justificativa para essas intuições, mas explicar por que as pessoas têm essas intuições em cada caso.

As análises das imagens fMRI mostraram que as partes do cérebro responsáveis pela atividade emocional apresentaram uma atividade maior nos casos da violação pessoal do que nos casos de violação impessoal. Como as pessoas teriam uma resposta emocional negativa muito forte nos casos de violação pessoal, elas responderiam imediatamente que a violação que acontece na versão da passarela do “problema do vagão” é errada. Essa resposta automática é o juízo intuitivo que as pessoas geralmente fazem em casos semelhantes cuja consequência seja causar a morte através de uma violação pessoal.

Por outro lado, as pessoas que responderam que a violação pessoal no caso da versão da passarela era correta demoraram mais para chegar a essa conclusão. As análises das imagens de *fMRI* dessas pessoas mostraram que elas apresentavam uma atividade maior nas regiões

neuroológicas associadas à atividade cognitiva do que as pessoas que responderam negativamente à violação pessoal.

Para Singer, esses resultados, apesar de serem preliminares, seriam evidências de que as respostas intuitivas são explicadas pela diferença na resposta emocional desencadeada quando a morte ocorre de modo pessoal (mais forte) e quando ocorre de modo impessoal (mais fraca).

Singer procura explicar a descoberta de Green dentro de uma perspectiva evolucionária mais ampla. Os seres humanos e possivelmente os seus ancestrais como os grandes primatas viviam em pequenos grupos nos quais a violência somente poderia ser infligida de uma maneira próxima e pessoal. Para lidar com as situações de violência pessoal e regular as interações com os outros é que as respostas fortemente emocionais evoluíram. Por outro lado, acionar um interruptor não seria semelhante a nenhum modo de matar com que os nossos antepassados caçador-coletores teriam lidado (provavelmente modos semelhantes a acionar um interruptor para matar uma pessoa surgiram apenas após a revolução industrial). Por essa razão a resposta emocional apresentada é diferente e mais fraca. Mas, para Singer, não existe qualquer diferença normativa entre matar uma pessoa acionando um interruptor ou empurrando-a de uma passarela.

A ética não pode limitar-se a construir a melhor metodologia possível para adequar princípios e julgamentos morais com respostas baseadas em intuições. Isso seria apenas construir uma justificativa posterior para uma decisão tomada de modo não racional. Estas justificativas posteriores de respostas intuitivas não são suficientes para justificar princípios morais. É necessário apelar para a razão. A alternativa é diferenciar os julgamentos morais feitos como racionalizações das respostas intuitivas dos julgamentos que possam ter uma justificativa racional independente. Essa seria uma possibilidade porque os resultados das pesquisas de Greene mostram que aquelas pessoas que decidiram ser “correto” empurrar uma pessoa para salvar cinco no caso da passarela do “problema do vagão”, apresentaram maior atividade nas áreas do cérebro identificadas como responsáveis pelo pensamento racional (SINGER, 2011, p. 196-197).

Singer mantém a sua rejeição de que intuições morais (a) que são formadas no consenso social e transmitidas pela educação, principalmente; e (b) os julgamentos morais intuitivos que são “rápidas respostas emocionais” que tem origem no processo de evolução (como no caso do vagão) sejam *critérios* para julgar princípios morais.

Ele, não obstante, defende a possibilidade de que existe pelo menos um princípio normativo que é verdadeiro objetivamente. E a forma de conhecer esse princípio é por uma *intuição racional*.

O princípio normativo objetivamente verdadeiro é expresso no Axioma da Benevolência Universal de Sidgwick: “cada um é moralmente obrigado a considerar o bem de qualquer outro indivíduo tanto quanto o seu, exceto na medida em que o julga inferior, quando imparcialmente considerado, ou quando seja menos provável conhecê-lo ou obtê-lo.” (SIDGWICK apud SINGER; LAZARI-RADEK, 2012, p. 17). O Axioma de Sidgwick seria uma versão da tese da universalizabilidade tal como proposta por R. M. Hare².

O que podemos fazer é separar essa intuição racional das outras intuições emocionalmente condicionadas. Entretanto, Singer precisa responder à seguinte questão: como é possível separar *intuições racionais* de outras intuições que são condicionadas emocionalmente ou que são resultado do processo de pressão social?

Para responder à questão, Singer e Lazari-Radek (2012, p. 26) propõe três critérios que seriam capazes de estabelecer o “mais alto grau de confiabilidade” de uma intuição:

- (1) uma reflexão cuidadosa sobre a intuição que levaria a uma “convicção” em relação à sua evidência;
- (2) que outros pensadores competentes, cuidadosos e reconhecidos tenham chegado independentemente a um acordo sobre a evidência dessa intuição;
- (3) a ausência de uma explicação para a intuição como o resultado de um processo evolutivo ou qualquer outro processo que não seja a busca da verdade.

Assim, uma intuição que não cumpre os dois primeiros requisitos, mas cumpre o terceiro não pode ser considerada uma *intuição racional*. Por outro lado, uma intuição que não cumpre o terceiro requisito não mostra definitivamente a sua falsidade, mas lança dúvidas sobre a sua confiabilidade. Nesse sentido, se existem duas intuições que tem implicações divergentes e uma delas cumpre os três requisitos e a outra cumpre somente os dois primeiros, temos mais razões para preferir a intuição para a qual não existe uma explicação evolutiva.

² “Há certos princípios práticos absolutos cuja verdade quando são explicitamente declaradas são evidentes...” Entre esses princípios está uma versão da universalização que ele [Sidgwick] coloca assim “qualquer ação que qualquer um de nós julga ser certa para ele, implicitamente julga ser certa para todas as pessoas semelhantes em circunstâncias semelhantes”. Combinando esse princípio com uma noção do que é um indivíduo “bom em tudo”, Sidgwick chega a um novo princípio “auto-evidente” ao qual ele se refere como o “axioma da benevolência universal” [...] Sidgwick observa que esse axioma é “necessário como uma base racional para o sistema utilitarista”. Como o argumento de Hare leva a uma conclusão utilitarista ver SINGER, 2009; ver também SINGER, 2003b, p. 66.

De acordo com a interpretação de Singer, o Axioma da Benevolência Universal cumpre os três requisitos acima, o que seria uma evidência a seu favor, embora possa não ser o único axioma que os cumpra.

(3) Cumpre o terceiro requisito, porque o Axioma da Benevolência Universal não parece ser o resultado do processo evolutivo, afinal o axioma contradiz teorias que não conseguem explicar o altruísmo puro de um ponto de vista evolutivo. O altruísmo é explicado através de formas mais limitadas: altruísmo de parentesco (altruísmo em relação aos indivíduos com os quais compartilhamos genes) e o altruísmo recíproco (altruísmo em relação aos indivíduos com os quais mantemos uma relação de cooperação). Alguns teóricos tem aceitado a hipótese de um altruísmo em relação ao próprio grupo, mas não se aceita que existam forças evolutivas que teriam favorecido o altruísmo universal tal como é exigido pelo Axioma da Benevolência Universal. Por outro lado, existem fortes forças contrárias que exerceriam pressão para eliminá-lo. A ideia de que o altruísmo universal tenha surgido para o “bem da espécie” é amplamente contestada pelas evidências empíricas apresentadas pelos filósofos evolucionistas.

(2) Cumpre o segundo requisito, porque o Axioma também teria sido afirmado por outros pensadores cuidadosos de diferentes tradições como na “Regra de Ouro” da tradição cristã. Ideias semelhantes também podem ser encontradas na tradição hindu, budista e confuciana. Singer vai mais longe e afirma que importantes filósofos da tradição ocidental que, apesar de discordarem em vários outros aspectos, adotaram o “ponto de vista do universo” como característica distintiva de suas teorias éticas. Por exemplo, a ética estoica, a Teoria do Observador Imparcial dos filósofos ingleses do século XVIII, o Imperativo Categórico de Kant, o Princípio da Justiça de Willian Godwin, o utilitarismo clássico de J. Bentham, J. S. Mill e H. Sidgwick. Até mesmo entre filósofos contemporâneos tão diferentes quanto R. M. Hare, J. J. C. Smart, J. Rawls, J. P. Sartre e J. Habermas. (SINGER, 2006b, p. 19; SINGER, CANNOLD, KUHSE, 2003, p. 204-205).

Mesmo que se aceite que filósofos e tradições religiosas tão diferentes quanto os citados aceitam alguma versão do Axioma da Benevolência Universal como um fundamento para a ética, é preciso explicar a razão desses filósofos defenderam posições normativas tão diferentes e muitas vezes incompatíveis entre si. O problema parece ser que o Axioma de Sidgwick é uma reivindicação da imparcialidade na consideração pelo bem dos indivíduos, mas não especifica o que é o bem a ser considerado. É preciso ainda uma teoria que responda sobre o que é o bem.

(1) Singer argumenta, seguindo a visão evolucionista padrão, que as crenças morais são evolutivamente vantajosas para a sobrevivência e reprodução, entretanto, isso não significa que elas sejam verdadeiras ou falsas. Uma capacidade específica para reconhecer a verdade moral não seria evolutivamente vantajosa, pois não aumentaria o nosso sucesso reprodutivo. Entretanto, a capacidade para a razão traz vantagens evolutivas evidentes. A capacidade para a razão permitiu que os seres humanos resolvessem problemas que facilitaram a sobrevivência e a reprodução. Mas essa é uma capacidade expansiva. A capacidade para a razão não é limitada pela “linha reta” da evolução e pode levar a lugares inesperados aos quais não se pretendia chegar, porque ela permite a reflexão (SINGER, 2006a, p. 391-392). É diferente de capacidades como força, velocidade etc., porque ao começar a raciocinar não é possível prever quais são as conclusões que poderão ser alcançadas. Quando se raciocina, talvez um argumento que acreditávamos ser válido pode mostrar-se sem nenhum fundamento ou, por outro lado, é possível estabelecer ligações entre duas ideias que, a princípio, não pareciam ter nenhuma relação. O modo como o raciocínio funciona é comparado por Singer com uma “escada rolante”: através de sucessivas etapas lógicas chega-se a um determinado resultado que é implicado pelas premissas e assim sucessivamente. Essa característica “expansionista” da capacidade para a razão pode ser capaz de levar a descobertas de verdades que não tem relação direta com a sobrevivência.

Se nossas crenças morais são evolutivamente vantajosas, então as vantagens que elas nos conferem para sobreviver e reproduzir não tem nada a ver com a sua verdade. Então, por que a evolução nos levaria a ter a capacidade de reconhecer a verdade moral? Street corretamente aponta que uma capacidade específica para o reconhecimento de verdades morais não iria aumentar nosso sucesso reprodutivo. Mas uma capacidade de raciocinar tenderia a aumentar nosso sucesso reprodutivo. Pode ser que com uma capacidade de raciocinar envolve mais do que a capacidade de fazer inferências válidas a partir de premissas a conclusões. Ela pode incluir a capacidade de reconhecer e rejeitar motivos caprichosos ou arbitrários para distinções de desenho e compreender verdades morais auto-evidentes – as quais Sidgwick referiu-se como “intuição racional”. Em outras palavras, poderíamos ter nos tornado seres racionais, pois, nos permitiu resolver uma variedade de problemas que de outra forma teriam dificultado a nossa sobrevivência, mas uma vez que são capazes de raciocínio, podemos não ser capazes de evitar reconhecer e descobrir algumas verdades que não ajudam a nossa sobrevivência. (SINGER; LAZARI-RADEK, 2012, p. 16).

É a capacidade para a razão que permite aos seres humanos compreenderem verdades morais, assim como compreender as verdades da matemática. Como é relativamente fácil

explicar as vantagens evolutivas da capacidade para a razão, e como a capacidade de compreender verdades morais é uma aplicação da capacidade para a razão, tem-se uma explicação bastante plausível de como a capacidade para compreender verdades morais surgiu.

O Axioma da Benevolência Universal seria uma intuição racional formada como o resultado de um processo de reflexão cuidadosa, que é compartilhada por diferentes tradições e pensadores, e que dificilmente pode ser explicada como o resultado direto de um processo evolutivo. Assim, Singer considera que é razoável manter o Axioma da Benevolência Universal como o fundamento da ética pelo menos até que haja melhores explicações.

Referências Bibliográficas

DEVLIN, H. What is Functional Magnetic Resonance Imaging (fMRI)? **PsychCentral**. 2007. Disponível em: <http://psychcentral.com/lib/what-is-functional-magnetic-resonance-imaging-fmri/0001056> Acesso em: 27/06/2013.

GREENE, J. **The Terrible, Horrible, No Good, Very Bad Truth About Morality, and What to Do About It**. Ph.D. dissertation. Department of Philosophy. Princeton: Princeton University, 2002. Disponível em: <http://scholar.harvard.edu/joshuagreene/files/dissertation.pdf> Acesso em: 02/03/2013.

GREENE, J. *et alli*. An fMRI Investigation of Emotional Engagement in Moral Judgment. **Science**, 293, 2001. p. 2105-8. Disponível em: <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-et-al-Science-9-01.pdf> Acesso em: 29/03/2015.

GREENE, J. and HAIDT, J. How (and Where) Does Moral Judgment Work? **Trends in Cognitive Sciences** 6. 2002. pp. 517-523. Disponível em: <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-Haidt-TiCS-02.pdf> Acesso em: 27/06/2013.

HAIDT, J. The Emotional Dog and Its Rational Tail: A Social Intuitionist Approach to Moral Judgment. **Psychological Review**, 108. 2001, pp. 814–834. Disponível em: <http://www3.nd.edu/~wcarbona/Haidt%202001.pdf> Acesso em: 27/06/2013.

SIDGWICK, H. **The Methods of Ethics**. 7 ed. Londres: Macmillan, 1907.

SINGER, P. Ethics and Intuitions. **The Journal of Ethics**, 9, 2005, p. 331–352. Disponível em: <http://www.utilitarian.net/singer/by/200510--.pdf> Acesso em: 02/03/2013.

_____. **Como havemos de viver?** A ética numa época de individualismo. Tradução de Fátima St. Aubyn. Lisboa: Dinalivro, 2006a.

_____. **Ética Prática**. 3. ed. Tradução J. L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. The Groundwork of Utilitarian Morals: Reconsidering Hare's Argument for Utilitarianism. **Conference on Issues in Modern Philosophy: "The Foundations of Morality"**. New York University, Novembro, 2009. Disponível em: <http://philosophy.as.nyu.edu/object/philo.newsevents.modernconference2009.html> Acesso em: 07/05/2011.

_____. **The Expanding Circle.** Ethics, Evolution, and Moral Progress. (New preface and afterword) Reprinted. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2011.

SINGER, P.; CANNOLD, L.; KUHSE, H. William Godwin y la defensa de la ética imparcialista. In: SINGER, P. **Desacralizar la Vida Humana.** Introdução e edição de Helga Kuhse. Tradução de C. G. Trevijano. Madrid: Cátedra, 2003. p. 204-229.

SINGER, P.; LAZARI-RADEK, K. The Objectivity of Ethics and the Unity of Practical Reason. **Ethics**, Vol. 123, No. 1, Outubro 2012, pp. 9-31. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/667837> Acesso em: 25/02/2013.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



OLIVEIRA, Anselmo Carvalho de. INTUIÇÃO RACIONAL E O FUNDAMENTO OBJETIVO DA ÉTICA NA FILOSOFIA MORAL DE PETER SINGER. Synesis, v. 7, n. 1, jan/jun. 2015. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=683>. Acesso em: 30 jul. 2015.
